

CAPÍTULO 9

POVOS TRADICIONAIS COSTEIROS E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: DA MARÉ DOS ENFRENTAMENTOS ÀS LUTAS POR DIREITOS, CONFLITOS AMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Cíntia Beatriz Müller

RESUMO

Neste artigo, almeja-se analisar as questões emergentes verificadas ao longo de pesquisas de campo na baía de Todos-os-Santos. Essa região é de grande importância para o estudo das relações entre os povos tradicionais costeiros e os conflitos ambientais que os atingem. A abordagem se situa no campo da Antropologia do Desenvolvimento, que procura entender as relações entre diversidade e processos radicais de industrialização a partir das perspectivas dos atores envolvidos. Além disso, destaca-se a importância em incorporar a problemática das mudanças climáticas nas análises das Ciências Humanas e Sociais, pois elas afetam de forma significativa as formas de vida e os territórios dos povos costeiros e se encontram invisibilizadas, até o momento.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia do Desenvolvimento. Povos Tradicionais costeiro. Mudanças Climáticas.

1. INTRODUÇÃO

A baía de Todos-os-Santos (BTS) é uma reentrância da costa litorânea brasileira localizada no Nordeste brasileiro, no estado da Bahia que recebeu esse nome em 1501, quando foi avistada por uma expedição portuguesa no dia 1º de novembro, Dia de Todos os Santos na tradição católica. É a maior baía do Brasil e a segunda maior do mundo, com uma área de 1.233 km² e uma profundidade média de 9,8 metros. Ela abriga 56 ilhas e banha 13 municípios que formam parte do Recôncavo Baiano, uma região de grande importância histórica, cultural e econômica para o país, são eles: Salvador, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Madre de Deus, Cachoeira, São Félix, Saubara, Salinas da Margarida, Itaparica, Vera Cruz, Maragogipe e Jaguaripe. A BTS é formada por dois subsistemas: a baía de Aratu e a baía do Iguape.

A baía do Iguape, formada pelo rio Paraguaçu, é uma região de relevância ecológica e cultural no litoral do Recôncavo da Bahia. Essa área integra a Reserva Extrativista Marinha do Iguape, que visa conservar os ecossistemas de manguezal e a riqueza biológica do rio e do mar. Nessa região, também vivem diversas comunidades negras e quilombolas, que mantêm tradições culturais como o samba de roda e a pesca artesanal. Trata-se, portanto, de um patrimônio natural e cultural que precisa ser respeitado e valorizado. A localidade se encontra impactada pela construção da represa da Pedra do Cavalo, entre os municípios de Cachoeira e São Félix, que alterou o fluxo do rio Paraguaçu, permite a geração de energia elétrica e

contribui para o abastecimento de água da região metropolitana de Salvador; e a instalação do Polo Naval Enseada Paraguaçu, complexo industrial de construção e reparo de navios, localizado no município de Maragogipe.

Já a baía de Aratu está localizada na região metropolitana de Salvador banha Salvador, Candeias e Simões filho, e tem como principal acesso o canal do Cotegipe, que liga a baía ao oceano Atlântico. Apesar de identificada a pesca artesanal ao redor da baía de Aratu essa atividade está ameaçada pela contaminação ambiental e pelo desmatamento de manguezais causados por empresas instaladas na região. Na baía, em área mais protegida das correntes e ventos marinhos, estão localizados a Base Naval de Aratu, pertencente à Marinha do Brasil, o Porto de Aratu (um dos principais portos do Nordeste, especializado na movimentação de graneis líquidos, sólidos e cargas gerais), um estaleiro e duas marinas particulares. A pesca artesanal é uma fonte de renda e de alimento para muitas comunidades quilombolas que vivem na área que sistematicamente denunciam as violações de seus direitos e reivindicado um meio ambiente de trabalho saudável

A região ao redor da BTS tem ocupação europeia antiga, palco de guerras de extermínio de povos autóctones e conquista territorial por parte de portugueses colonizadores que se iniciou no século XVI. Por possuir águas calmas com condições favoráveis para a navegação, o comércio e a defesa e solos férteis para o cultivo de produtos como cana-de-açúcar, fumo e mandioca, que geravam riqueza para a metrópole foi alvo de interesses coloniais de forma intensa. Consequentemente, a escravidão foi implantada no Brasil desde os momentos iniciais de sua ocupação pelos portugueses, africanos escravizados foram trazidos para a região desde o século XVI para trabalhar em plantações de cana e produzir açúcar e derivados. Em decorrência disto, preserva-se na região da BTS a memória ancestral afro-diaspórica através de marcas da resistência, tais como: comunidades quilombolas, irmandades religiosas e festas populares.

Muitos pescadores artesanais, marisqueiras e quilombolas vivem e trabalham nas bordas da BTS em seus mares e rios, são povos tradicionais que possuem uma identidade própria e uma relação especial com o território e os recursos naturais. No entanto, eles sofrem com a desigualdade social que marca a região e que os coloca em situação de exclusão social. Eles têm dificuldades para acessar direitos básicos como saúde, educação, saneamento e segurança alimentar. Além disso, eles enfrentam ameaças à sua cultura e ao seu modo de vida por parte de interesses econômicos e políticos que visam explorar a região. Diante desse cenário, esses povos têm se mobilizado para reivindicar o reconhecimento e a valorização de

sua identidade, bem como o respeito aos seus direitos territoriais, ambientais, sociais e culturais. Essa é uma forma de resistir e lutar por justiça social na BTS.

2. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA

A região da Baía de Todos os Santos é marcada pela presença de diversos povos tradicionais que possuem uma relação cultural e histórica com o meio ambiente local. Entre esses povos, destacam-se os pescadores artesanais, as marisqueiras, os quilombolas e as comunidades de terreiro. Os pescadores artesanais, por exemplo, desenvolvem sua atividade a partir do uso sustentável dos recursos pesqueiros da região, como peixes, crustáceos e moluscos, sendo fundamental para a manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar das comunidades locais. Já as marisqueiras, em sua maioria mulheres, são responsáveis pela coleta de mariscos, principalmente o sururu, uma importante fonte de renda e subsistência das comunidades.

As comunidades quilombolas do Recôncavo são descendentes de africanos escravizados que se fixaram em áreas próximas à baía de Todos os Santos. Eles mantêm uma cultura de tradições diversificada, ancorada na ancestralidade africana e uma relação de respeito e cuidado com a natureza de forma geral e com o manguezal, onde realizam atividades como a pesca e a coleta de caranguejo, além da agricultura de subsistência. Nessas comunidades também é identificada a presença de terreiros de candomblé, que cultuam os Orixás como forma de proteção e preservação de sua ancestralidade. Essas comunidades enfrentam desafios para garantir seus direitos territoriais e o acesso a políticas públicas, mas também desenvolvem práticas de manejo sustentável de recursos naturais, como a produção de alimentos orgânicos e de medicamentos a partir de plantas medicinais.

A realização de estudos antropológicos são um importante recurso para o reconhecimento da diversidade cultural e histórica dos povos quilombolas na região da baía de Todos-os-Santos. Esses estudos contribuem para valorizar a identidade, a memória e a resistência desses grupos, bem como somam junto ao pleito de regularização de seus direitos territoriais, sociais e culturais. Os estudos antropológicos permitem analisar as relações entre os quilombolas e o Estado, a sociedade envolvente e o meio ambiente, destacando os desafios, as potencialidades e os conflitos socioambientais enfrentados por essas comunidades na atualidade que podem ser definidas nos seguintes termos:

Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (BARTH;

FREDERIK - 1969: (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries*. Universitets Forlaget, Oslo”, (ABA, 1984, p. 82).

Segundo a antropóloga Andréa Zhouri (2013), especialista em estudos sobre os conflitos socioambientais, esses são processos nos quais diferentes atores sociais, com posições assimétricas de poder, entram em choque por perspectivas divergentes sobre o uso, a gestão ou a conservação do meio ambiente. Um conflito *não se apresenta como processo de negociação, livre comunicação e construção de consensos, em contraste trata-se do embate entre segmentos sociais que articulam projetos, interesses, posicionamentos e visões divergentes* (ZHOURI; OLIVEIRA, 2013, p. 79-80). Esses interesses podem envolver questões territoriais, de acesso e manutenção de recursos naturais, de ocupação do solo e de controle e uso de recursos ambientais. A leitura de Zhouri (2013) explicita que os conflitos ambientais são um fenômeno social e político complexo, que precisa ser analisado levando em conta diferentes perspectivas e interesses que estão em jogo em relações sociais dinâmicas e que se manifestam em diferentes escalas.

A baía de Todos os Santos (BTS) é uma região que apresenta diversos conflitos socioambientais. Um exemplo é a disputa pelo uso do espaço costeiro entre as comunidades tradicionais, como pescadores e marisqueiras, e as grandes empresas do setor portuário e turístico (ZAGATTO 2019). Essas empresas muitas vezes desapropriam territórios ancestrais compartilhados e utilizados pelas comunidades para a construção de empreendimentos, prejudicando a pesca e a coleta de mariscos. Outro conflito significativo na região é a contaminação da água e dos solos por resíduos industriais, que podem afetar a saúde das comunidades locais e a biodiversidade da região. Além disso, há também disputas em torno do uso e da gestão de recursos naturais, como a água e as áreas de mangue, por exemplo, que são fundamentais para as atividades econômicas e a subsistência sociocultural das comunidades (GOMES, 2018). Todos esses conflitos são complexos e envolvem interesses, poderes e perspectivas divergentes, exigindo diálogo e soluções que contemplem a diversidade de vozes e necessidades de comunidades costeiras tradicionais.

Um grande desafio posto no momento é o da construção da ponte Salvador Itaparica, projeto que, ao que tudo indica, encontra-se em andamento (NECTOUX 2022). A construção da ponte, apesar de ser vista por determinados setores sociais como uma iniciativa de desenvolvimento econômico para a região, pode trazer graves impactos socioambientais para os povos costeiros da Baía de Todos os Santos. Uma possível alteração do ecossistema e dos recursos pesqueiros, por exemplo, poderia afetar diretamente a sobrevivência dos pescadores artesanais e marisqueiras, que têm na pesca uma importante fonte de subsistência. Além disso,

a construção da ponte pode aumentar a especulação imobiliária, o turismo predatório e a perda de territórios quilombolas, ameaçando a identidade e a cultura dessas comunidades tradicionais. O que está ocorrendo no município de Salinas da Margarida, BA, no Quilombo Conceição que sofre com a expropriação de seu território para loteamentos particulares, por exemplo, é, em parte, influenciado pela valorização das terras naquela região. Por isso, é necessário que sejam adensados estudos acerca dos efeitos socioambientais de grandes empreendimentos com a participação dos povos tradicionais costeiros e demais interessados nas diversas fases de implantação e gestão de empreendimentos, para minimizar esses impactos e garantir a preservação desses territórios e de suas culturas.

3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E IMPACTOS NA BTS

As mudanças climáticas são alterações nos padrões climáticos globais ou regionais que ocorrem ao longo do tempo. Essas modificações podem ser causadas por fatores naturais, como variações na atividade solar ou na órbita da Terra, ou por fatores humanos, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa que retêm o calor na atmosfera. Não se nega que grande parte dos fatores que acarretam tais mudanças estão intimamente relacionados às estratégias econômicas desenvolvimentistas contemporâneas (PROST, 2021) e que, em sua maior parte, as mudanças climáticas exercem efeitos negativos sobre o meio ambiente, a economia, cultura e a sociedade.

Os estilos de desenvolvimento adotados na América Latina são insustentáveis. Persiste a dependência da exportação de matérias-primas, repetem-se sérias dificuldades para reverter a pobreza, e a deterioração ambiental continua avançando. Ao mesmo tempo, no plano global, passamos por uma crise multidimensional, e, para além da bonança econômica vivida em algumas nações latino-americanas, não podem ser ocultados os sérios problemas econômico-financeiros internacionais, nem as ameaças da mudança climática (GUDYNAS, 2016, p. 175).

Em se tratando de povos tradicionais costeiros que vivem na baía de Todos-os-Santos o agravamento da situação de vulnerabilidade ambiental a que estão expostos quer em razão da implantação e grande projetos de investimentos (MULLER *et al.*, 2021), quer em decorrência das alterações climáticas é iminente. Nesta região, os povos tradicionais costeiros são compostos principalmente por pessoas negras, quilombolas e pescadores artesanais que possuem uma forte relação histórica e ancestral com o território mais amplo da baía de Todos-os-Santos, transformações socioambientais radicais podem acarretar ameaças para sua sobrevivência e identidade cultural. Dentre as mudanças climáticas a que estão expostas na BTS, é possível elencar (BELCHIOR; PRIMO 2016):

Aumento do nível do mar: um dos principais problemas relacionados às alterações climáticas nas costas oceânicas brasileiras é o aumento do nível do mar. Com o derretimento das geleiras e a expansão térmica dos oceanos, o nível do mar vem aumentando gradualmente, o que pode levar a inundações costeiras, perda de terras e de infraestruturas, além de impactos na economia e na vida de povos tradicionais que vivem nessas áreas (BELCHIOR; PRIMO 2016).

Acidificação dos oceanos: a emissão de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, também tem causado a acidificação dos oceanos (MONTEIRO, 2021). Isso tem consequências graves para a vida marinha e para os ecossistemas costeiros, percebidos no Brasil ao longo de toda a sua costa, como a diminuição da produção de alimentos, a perda de biodiversidade e a redução de áreas de pesca.

Aumento da frequência e intensidade de eventos extremos: as alterações climáticas também têm contribuído para o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como tempestades, ciclones e descargas elétricas, que podem causar danos significativos nas áreas costeiras. Em termos de Brasil e da região da BTS, o aumento da intensidade das chuvas, pode ser percebido através de trabalho de campo realizado na própria BTS. Isso tem implicações na segurança e na saúde das populações, na economia e na infraestrutura dessas regiões, além de aumentar a vulnerabilidade das comunidades costeiras aos impactos das mudanças climáticas.

Os povos tradicionais costeiros na baía de Todos-os-Santos apresentam uma exacerbada vulnerabilidade socioambiental decorrente de décadas de negligências políticas e da não efetivação e direitos socioambientais assegurados, como, por exemplo, a regularização fundiária de seus territórios ancestrais e o direito à consulta prévia para a instalação e gestão de grandes empreendimentos que lhes afetem. Como consequência os povos costeiros tradicionais da BTS podem vir a compor parte significativa do contingente de deslocados internos ambientais:

A expressão “deslocados ambientais” [...] tem sido empregada com cada vez mais frequência para designar grupos de indivíduos forçados “a deixar seu habitat natural, temporária ou permanentemente, por causa de uma marcante perturbação ambiental (natural e/ou desencadeada pela ação humana), que colocou em risco sua existência e/ou seriamente afetou sua qualidade de vida” (EL-HINNAW *apud* BELCHIOR; PRIMO, 2016, p. 153).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, é analisado o quanto a efetivação dos direitos dos povos tradicionais que vivem nas áreas costeiras e marítimas são fundamentais para sua sobrevivência e conservação do meio ambiente, pois eles são guardiões da biodiversidade e possuem um rico saber sobre a natureza, a terra, o mar e as plantas. Também é recomendado que a realização de pesquisas e a contribuição da Antropologia frente a este cenário contribui para se assegurar os direitos de povos tradicionais e sensibilizar a sociedade de forma ampla frente ao alto nível de vulnerabilidade ambiental ao qual tais povos estão expostos.

Como pesquisadores da área das Ciências Humanas torna-se importante a especialização e apropriação de todo um referencial analítico referente às mudanças ambientais e alterações climáticas. Isto amplifica a sensibilização para questões sociais ao longo de investigações junto aos povos tradicionais costeiros pela defesa de sua cultura, identidade, autonomia e biodiversidade. É importante lembrar que ações individuais, de âmbito sócio-acadêmico, podem fazer a diferença e que a luta por um mundo melhor é uma tarefa constante.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro: 1994.

BELCHIOR, G. P. N.; PRIMO, D. A. S. Impactos Do Aumento Do Nível Do Mar Na Região Nordeste E Justiça Ambiental: A Questão Dos Pescadores Artesanais Como Deslocados Ambientais. In: ARAÚJO, A. R.; BELCHIOR, G. P. N.; VIEGAS, T. E. de S. (Orgs.). **Os impactos das mudanças climáticas no nordeste brasileiro**. 1.137.SP-Brasil: Instituto o Direito por Um Planeta Verde, 2016. Disponível: <https://fundacaosintaf.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Ebook-impactos-das-mudancas-climaticas-no-nordeste-brasileiro.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

GOMES, L. **Os Humanos e o Rio Paraguaçu**: Agenciamentos do Rio por Quilombolas da Baía do Iguape e pelo Estado. Tese de Doutorado (Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2018, p. 214.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 174 - 213.

MONTEIRO, B. S. **Acidificação Oceânica: impactos e mecanismos de mudança**. Pós-Graduação *Lato Sensu* (Análise e Desenvolvimento Ambiental). Orientadora: A. Karl. Centro

Universitário de Brasília. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 2021, p. 43.

MULLER, C. B.; OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A. P. C. (Orgs.). **Territorialidades Negras em Questão: conflitos, lutas por direitos e reconhecimento**. UNIAFRO. Cruz das Almas/Belo Horizonte, 2016, p. 190.

MULLER, C. B.; BARRETO, A. L. L. A.; RIBEIRO, D. S. Comunidades Remanescentes de Quilombos: limites legais ao interculturalismo. In: MULLER, C. B.; OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A. P. C. (Org.). **Territorialidades Negras em Questão**. 1ed. Rio de Janeiro: Fino Traço, 2015, v., p. 15-30.

MULLER, C. B.; JESUS, Q. D. S. de; JESUS, T. A. dos S. Baía de Todos os Santos e Região Metropolitana de Salvador, BA: territórios quilombolas e conflitos na contemporaneidade. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, p. 235-248, 2021. Disponível: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/12277>. Acessado em: Abr. 2023.

NECTOUX, A. S. **Processos de inscrição e os conflitos em torno de representações técnicas: o EIA/RIMA da ponte Salvador-Itaparica**. Pós-Graduação em Antropologia (Mestrado). Orientadora prof.^a. C. B. Müller. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36004/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andr%C3%A9%20Silva%20Nectoux.pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

PROST, C. Pistas para uma sustentabilidade que queremos. **Revista Ayika**. V. 01, n. 01, p. 67 – 85, dez 2021. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/ayika/article/view/13436>. Acessado em: Abr. 2023.

ZAGATTO, B. P. **Sobreposições Territoriais em São Francisco do Paraguçu: Território Quilombola, Fazendas e Unidades de Conservação, Baía do Iguape – Bahia**. Tese de Doutorado (Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2019, p. 184.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a antropologia e os antropólogos. In: FELDMAN BIANCO, B. (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**, 2013. pp. 75-109. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Desafios_Antropologia_Brasileira-Bela_Feldman-Bianco.pdf. Acessado em: Abr. 2023.